



Texto original: italiano

Tradução não revista

1ª Congregação Geral

2 de outubro de 2024

APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DOS 10 GRUPOS DE TRABALHO CRIADOS PELO PAPA FRANCISCO

Grupo 9

Critérios teológicos e metodológicos sinodais

para o discernimento compartilhado de questões doutrinárias, pastorais e éticas controversas (RdS 15)

I. Configuração da tarefa

Para configurar, em sintonia com o caminho sinodal, a tarefa que nos foi confiada, consideramos decisivo assumir uma *postura metodológica* que permita, no andamento, ser verificada, integrada e corrigida, para chegar a uma articulação coerente das específicas questões que se avaliará necessário instruir.

1. A *krisis* como *kairós*. Primeiramente, parece-nos fundamental assumir com coragem e radicalidade o desafio/*chance* que se lança hoje sobre a missão da Igreja: *conversão do pensamento e reforma das práticas* na fidelidade contextual ao Evangelho de Jesus, que é «o mesmo ontem, hoje e sempre» (Hb 13,8), «mas a sua riqueza e a sua beleza são inesgotáveis» (EG 11). Isto exige o amadurecimento da consciência e a gestação compartilhada da evidente e urgente *krisis* epocal, antropológico-social e político-ambiental, que vivemos como apelo a discernir e promover o percorrer de um inédito *kairós* na história da salvação.

2. A *necessidade de um novo paradigma... antigo como o Evangelho* (cf. VG 3). Neste contexto, somos desafiados a operar uma re-recepção – enraizada na Tradição, mas inovativa e criativa porque na escuta daquilo que era «desde o princípio» (cf. 1Jo 1,1ss) – do dom de Deus em Jesus, com a abertura responsável e alegre ao «que o Espírito diz às Igrejas» (Ap 2,17). Segundo a inteligência histórica e dialógica da Revelação reproposta pelo Vaticano II (cf. DV), «o Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e salva, reconhecendo-o nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos» (EG 39). Por isso, somos chamados a uma conversão total e exigente na forma de propor e enunciar concretamente a verdade do Evangelho no que se exprime e se exerce no *agápe* de Deus em Cristo (cf. Ef 4,15). Não se trata de proclamar e aplicar princípios doutrinários abstratamente enunciados, mas de habitar vitalmente a experiência da fé na sua efetiva relevância pessoal e social, para abrir-se às solicitações sempre novas do Espírito Santo e chegar a enunciações da verdade compartilhadas na comunhão da Igreja una e católica, desde que coerentes com o Evangelho e aderentes à realidade. Somente uma vital e fecunda tensão recíproca entre doutrina e práticas exprime a Tradição viva, contra a tentação de uma esclerotização dos enunciados.

3. A *questão do “como?”*. A questão dirimente, que subjaz aos específicos assuntos doutrinários, pastorais e éticos que hoje resultam controversos, pode-se formular assim: *como* podemos e devemos articular, em fidelidade à Revelação de Deus que é *Agápe* (cf. 1Jo 4,8.16) e no concreto do caminho da comunidade e das pessoas, os dois fogos do eclipse que descreve a experiência cristã: o fogo do *fim escatológico* (a vontade salvífica universal de Deus em Jesus, mediante o ministério da Igreja, a serviço do advento do Reino) e o fogo da *condição concreta*, variada, complexa e desafiadora da realidade em que vivemos (a mediação histórica do Evangelho, com os seus dispositivos específicos de produção cultural e de criação das resistências)? É assim que se abre, no hoje e nos diversos contextos, o horizonte de experiência e inteligência da verdade salvífica

que «resplandece para nós em Cristo» (cf. DV 2). A verdade, que é *agápe*, pede para compreender e assumir o *como* ela se propõe desde dentro e a partir do caminho concreto e situado das pessoas e das comunidades.

II. O percurso a se cumprir

À luz de tal configuração, o percurso de pesquisa, escuta, discernimento das práticas e de aprofundamento prevê a *invenção* (no significado originário de descoberta e pôr à prova) dos *critérios teológicos* e das *condições de possibilidade operativas* da mudança de paradigma propiciado pelo processo sinodal.

Durante o início do trabalho, nas fases até aqui realizadas, o nosso próprio grupo experimentou em primeira pessoa a dificuldade própria da tarefa que nos foi confiada: enquanto foi bastante simples encontrar entre nós um certo consenso sobre a primeira parte deste texto (a configuração de fundo), por outro lado, mostrou-se muito mais complexa a busca de um percurso feito de passos concretos a serem dados como grupo. De fato, é justamente neste *como?* que, na experiência de toda a Igreja, residem a escassez de – e a não adequação com – léxicos e conceitos necessários, as resistências paradigmáticas implícitas e nem sempre teoricamente conscientes, a compreensão do processo a ser realizado para reconhecer as diversidades, valorizá-las e alcançar um objetivo compartilhado.

Tendo presentes os dois já citados fogos do eclipse que descreve a experiência cristã (o fogo do *fim escatológico* e o da *condição concreta* da mediação histórica e cultural do Evangelho) e conscientes da provisoriedade destas indicações que serão verificadas no debate, consideramos poder trabalhar:

1. No nível teológico, é necessário descrever os critérios – operantes na experiência da Revelação acolhida e vivida pelo *sensus fidei* do Povo de Deus – que acionam uma conversão efetiva na atitude em assumir, testemunhar e anunciar a verdade do Evangelho. Sob o perfil ético, não se trata de aplicar uma verdade objetiva pré-confeccionada às diversas situações subjetivas, como se fossem meros casos particulares de uma lei imutável e universal. Os critérios do discernimento nascem da escuta do dar-se vivo da Revelação em Jesus no hoje do Espírito. Para tanto, é preciso partir da história e da sua narração – isto é, das experiências, relações e eventos – para reconhecer neles o apelo do bem e, portanto, promover com o Evangelho o bem possível em cada uma destas situações, para que a mensagem da salvação de todos reencontre a sua centralidade (Jo 3,17).

2. No nível das práticas do discernimento sinodal, é preciso valorizar o dado da *temporalidade/historicidade* e da *localidade/contextualidade* (isto é, da *dimensão* cultural) no discernimento e no assumir as exigências de verdade e de bem que estão enraizadas na e decorrentes da graça de Cristo: assim, a promessa de bem, mediada no mandamento, e a busca do bem possível, (segundo a “lei da gradualidade”), carrega-se de significado salvífico em virtude do agir do Espírito Santo que guia a toda a verdade (cf. Jo 16,13). Trata-se de articular a fidelidade ao *kerigma* e às suas implicações essenciais com uma antropologia e uma ética histórico-cultural que ofereça os instrumentos para identificar os critérios práticos úteis para promover, nas nossas comunidades e no seu empenho de evangelização, a passagem entre a *identificação dos estados nascentes* (isto é, a escuta no novo que se mostra na realidade), a *elaboração de estados instituintes* (isto é, o discernimento daquilo que requer uma forma reconhecida e reconhecível) e a *convocação de estados constituintes* (isto é, o impulso capaz de colher outros, mesmo em pactos parciais). Tal tarefa se une àquela de especificar – como diz o *Instrumentum laboris* (cf. nn. 67-72) – os procedimentos de exercício e de correlação entre a *elaboração* e a *tomada de decisão* nos organismos e nos eventos sinodais, para ativar com pertinência o discernimento eclesial das questões, vez por vez, a serem aprofundadas.

3. No nível das questões éticas controversas, buscar-se-á oferecer alguma orientação concreta para o discernimento – a ser desenvolvido em nível local e com atenção aos específicos contextos – a ao menos duas dentre as questões hoje mais relevantes: no plano social e político, aquelas da paz, da fraternidade e da salvaguarda da casa comum diante de tantas formas de conflito, ódio e exploração, que include a busca de modalidades não violentas de reconciliação, inspiradas pelo Evangelho desde as origens; no plano pessoal e familiar, aquelas do significado da sexualidade, da conjugalidade e da geração, da promoção e cuidado da vida.

Ícone bíblico

Escolhemos como paradigma bíblico o capítulo 15 dos *Atos dos Apóstolos*, onde se atesta o percurso de discernimento vivido pela Igreja nascente. Nele, parte-se da narração da experiência da Igreja de Antioquia feita por Paulo, Barnabé e alguns outros, em base a quanto vivido por Pedro em Jope (cf. At 10). Os critérios

oferecidos ao discernimento de uma autoridade sinodalmente expressa e articulada (Pedro e Tiago, com os outros apóstolos, os anciãos e toda a Igreja) são: a precedência absoluta da vontade salvífica universal de Deus e o não obstaculizá-la com o que já não tem mais significado em vista de sua eficácia. Assim, a Igreja faz Tradição à luz da Revelação escatológica ocorrida em Jesus, com a decisão de não impor a prática da circuncisão, acompanhada de algumas prescrições que a experiência sucessiva da Igreja deixará cair porque contingentes. Tal discernimento é selado no louvor a Deus pela salvação a todos, dada com a fórmula «pareceu bem ao Espírito Santo e a nós» (At 15,28; cf. *Instrumentum laboris*, 62), dando espaço a uma legítima diferença entre Barnabé e Paulo no caminho a se seguir, em fidelidade ao que é reconhecido como essencial e come tal compartilhado.

Passos a serem dados: além das reuniões *on-line*, com as quais temos procedido também nestes meses, temos previmos um encontro do grupo (dentro do possível) presencial, em Roma, nos dias 7 e 8 de dezembro, e um segundo momento análogo no mês de fevereiro de 2025, em data a se definir. Contamos, além disso, em pedir uma contribuição a dois **peritos**, sem excluir outras possíveis consultas: um de Sagrada Escritura e um de sociologia, particularmente, com competências acerca dos processos de deliberação compartilhada.